



This work is licensed under a
Creative Commons Attribution 4.0 Unported License.

DOI: 10.31416/rsdv.v13i1.1351

A (neuro)diversidade na escola contemporânea: reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas e seus desafios

(Neuro)diversity in contemporary schools: reflections on inclusive pedagogical practices and their challenges

OLIVEIRA, Luciene Nunes dos Santos de. Mestranda em Educação

Secretaria de Educação de Campo Formoso-BA, Rua Quintino Bocaiuva, 65, Centro, Campo Formoso - BA; e-mail: profcf.lununes.cf1@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9470-4733>

OLIVEIRA, Maria Edineide Souza de. Mestranda em Educação

Secretaria de Educação de Campo Formoso-BA, Rua Quintino Bocaiuva, 65, Centro, Campo Formoso - BA; e-mail: mariaedineidesouzadeoliveira@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4885-4155>

CARVALHO, Mateus Breno Campos de. Mestrando em Educação

Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Petrolina. Rodovia BR 203, Km 2 s/n - Vila Eduardo, Petrolina - PE - Brasil. CEP: 56.328-900 / e-mail: brenno.carvalho07@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9733-2937>

SILVA, Jailson Ferreira da. Pedagogo, Mestre em Educação

IFSertãoPE - Campus Petrolina Zona Rural. Endereço da instituição - PE 647, Km 22, PISNC N - 4, Zona Rural, Cx. Postal 277 - Petrolina/PE - Brasil. CEP: 56.302-970 / Telefone: (87) 99966.9959 / E-mail: jailson.ferreira@ifsertao-pe.edu.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7491-6893>

OLIVEIRA, Rosilene Souza. Mestra em Educação e Diversidade

Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Petrolina. Rodovia BR 203, Km 2 s/n - Vila Eduardo, Petrolina - PE - Brasil. CEP: 56.328-900 / Telefone: (87) 9818.2684 / E-mail: rosilene.souzaoliveira@upe.br / ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2937-3601>

RESUMO

Este artigo discute os desafios da inclusão educacional no contexto da escola contemporânea, enfatizando a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas que atendam à diversidade dos alunos. A pesquisa utiliza uma abordagem teórico-reflexiva, analisando a legislação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Brasileira de Inclusão, e sua relação com a realidade escolar. Os resultados indicam que, apesar dos avanços legais, a formação inadequada dos professores, a sobrecarga de trabalho e a resistência a mudanças pedagógicas ainda são barreiras significativas para a inclusão efetiva. O estudo sugere que a superação dessas dificuldades requer um comprometimento coletivo de educadores, gestores e políticas públicas que promovam um ambiente escolar acolhedor e equitativo. Além disso, propõe estratégias para garantir recursos adequados e formação contínua para os docentes, visando uma educação que respeite as singularidades dos estudantes.

Palavras-chave: inclusão educacional, diversidade, formação docente, práticas pedagógicas, legislação.

ABSTRACT



This article discusses the challenges of educational inclusion in the context of the contemporary school, emphasizing the need for inclusive pedagogical practices that address student diversity. The research adopts a theoretical-reflective approach, analyzing Brazilian legislation, such as the National Education Guidelines and Framework Law and the Brazilian Inclusion Law, and their relationship with the school reality. The results indicate that, despite legal advances, inadequate teacher training, workload overload, and resistance to pedagogical changes remain significant barriers to effective inclusion. The study suggests that overcoming these difficulties requires a collective commitment from educators, administrators, and public policies to promote a welcoming and equitable school environment. Additionally, it proposes strategies to ensure adequate resources and continuous teacher training, aiming for an education that respects the uniqueness of students.

Keywords: educational inclusion, diversity, teacher training, pedagogical practices, legislation.

1 Introdução

De acordo com a lexicógrafa Débora Ribeiro (Ribeiro, 2024), a palavra *contemporânea* diz respeito ao tempo atual, que acontece no agora, ou seja, no tempo presente. A escola, aqui denominada *escola contemporânea*, está inserida em um mundo plural, diverso e em constante transformação, e tem sido desafiada cotidianamente a atender às múltiplas demandas de uma sociedade, também contemporânea, que valoriza, ao menos no discurso, a inclusão das pessoas e o respeito às diferenças.

Nesse cenário que a escola está inserida, a educação deve ser acessível, significativa, inclusiva e com qualidade - para todos, independentemente das diferenças, características, histórias, vivências e necessidades específicas dos alunos, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), deficiências físicas ou intelectuais, bem como estudantes oriundos de contextos diversos marcados pelas desigualdades sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais e de gênero.

No Brasil, a inclusão educacional é garantida por uma base legal sólida, como a Constituição Federal de 1998, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei nº 13.146/15), diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), entre outros. Esses documentos reforçam o direito de todos os estudantes a uma educação inclusiva e de qualidade, que promova o desenvolvimento integral respeitando as especificidades de cada um.

No entanto, sabemos que a realidade das escolas nem sempre reflete esse ideal que desejamos, e os desafios são inúmeros, como a formação insuficiente/inadequada dos professores para lidar com a diversidade, a ausência de recursos pedagógicos e tecnológicos adequados, a sobrecarga de trabalho docente, a rigidez dos currículos escolares e outras questões, evidenciam o abismo entre a teoria (o desejável; a expectativa) e a prática (a realidade) no contexto educacional.

Além disso, o processo de inclusão exige uma compreensão ampliada da diversidade, indo além das questões relacionadas às condições de saúde ou deficiência. É necessário considerar também, as interseccionalidades presentes no ambiente escolar, como as desigualdades de gênero, as questões de raça e etnia, e as diferenças culturais e linguísticas. Esse mosaico de fatores demanda um olhar atento e sensível por parte de educadores, gestores e demais atores escolares, que devem ser capazes de promover práticas pedagógicas que contemplem tanto as necessidades individuais quanto o convívio coletivo.

Assim, este artigo, propõe uma reflexão teórico-prática sobre os desafios da escola contemporânea no que diz respeito à inclusão e às práticas pedagógicas



inclusivas. Trata-se, portanto, de um ensaio teórico-reflexivo que busca analisar as tensões entre a legislação e a realidade vivenciada nas escolas, discutindo como as políticas públicas de inclusão são interpretadas e implementadas no cotidiano escolar. Como elenca Meneghetti (2011), o ensaio teórico não se prende a rígidas estruturas formais. A forma do texto se molda ao conteúdo, permitindo uma maior flexibilidade e criatividade na apresentação das ideias por parte dos autores.

Diante da complexidade dos desafios da inclusão, este estudo se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as práticas pedagógicas inclusivas nas escolas, contribuindo para a construção de uma educação de qualidade para todos. Assim, busca-se contribuir para um debate que problematize a situação atual e ao mesmo tempo inspire mudanças concretas em direção a uma escola verdadeiramente inclusiva, democrática e de qualidade.

2 A educação inclusiva

2.1 Breve histórico

Historicamente, a escola foi concebida como um espaço homogêneo, estruturado por métodos padronizados que priorizavam o ensino coletivo e a uniformidade dos alunos. Até meados do século XX, a diversidade era raramente reconhecida ou valorizada no ambiente escolar. Grupos considerados "fora do padrão", como estudantes com deficiência ou de classes sociais marginalizadas, eram frequentemente excluídos ou segregados em escolas ou classes especiais. O ensino era pautado por uma visão tradicional que desconsiderava as diferenças individuais, tratando todos os alunos como se possuísem as mesmas capacidades, habilidades e necessidades (Mizukami, 1986).

Com o avanço dos movimentos de direitos humanos e a promulgação de legislações como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, a escola começou a assumir um papel mais inclusivo. Essa transformação refletiu uma mudança social significativa, que passou a valorizar a diversidade como elemento importante/enriquecedor do processo educacional e direito fundamental a ser garantido. Consequentemente, a inclusão educacional ganhou força, reconhecendo a necessidade de criar/possibilitar oportunidades iguais e ambientes adaptados para todos os estudantes.

Ao analisar a história da educação brasileira, percebemos que durante muito tempo, prevaleceu a ideologia da "normalidade", que excluía alunos com deficiência do processo de ensino-aprendizagem. Essa visão estabelecia padrões rígidos baseados em características consideradas típicas, marginalizando aqueles que não se encaixavam no modelo de ensino. Para Mantoan (2023), a exclusão educacional era sustentada por crenças e práticas discriminatórias que limitavam a participação de alunos com deficiência na escola e na comunidade, ignorando a diversidade de habilidades e necessidades, bem como o potencial de cada indivíduo para contribuir com a sociedade.

De acordo com Ribeiro, Simões e Paiva (2017), pessoas com deficiência que não se enquadravam nos padrões de normalidade eram — e em muitos casos ainda são — vítimas de preconceitos, estereótipos e barreiras atitudinais. Como afirmam os autores, essas pessoas recebiam “o rótulo de limitados e incapacitados, sendo-lhes proibido o exercício de papéis sociais que lhes são de direito” (Ribeiro; Simões; Paiva, 2017, p. 4). Essas barreiras, muitas vezes, se traduzem em discriminação



velada, justificada por argumentos falaciosos, como: “É melhor para ELE” (Lima; Silva, 2009 *apud* Ribeiro; Simões; Paiva, 2017, p. 4).

Em decorrência de tal situação relatada, movimentos de educação inclusiva surgiram para questionar essa lógica excludente, promovendo uma abordagem fundamentada nos direitos humanos, na equidade, na justiça social e na legislação brasileira.

Vale salientar que a educação inclusiva visa garantir que todas as crianças, independentemente de suas capacidades físicas, intelectuais, sociais ou emocionais, tenham acesso a uma educação de qualidade, em ambientes que respeitem e valorizem a diversidade (Brasil, 1996; Brasil, 2015; Mantoan, 2023). Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a educação inclusiva promove equidade ao assegurar as mesmas oportunidades de aprendizado para todos (Unesco, 2009). Entretanto, em alguns espaços escolares, ainda persistem barreiras atitudinais que dificultam a efetivação da inclusão, como:

- *Estereótipos e preconceitos*: tratamentos diferenciados baseados em características como deficiência, gênero ou origem socioeconômica.
- *Falta de sensibilidade e empatia*: a ausência de suporte emocional e social prejudica o bem-estar dos alunos (e também dos professores).
- *Baixas expectativas*: limitações impostas às capacidades dos alunos reduzem suas oportunidades de aprendizado.
- *Exclusão social*: alunos são isolados ou marginalizados, dificultando interações significativas.
- *Falta de formação docente*: muitos educadores carecem de preparo para reconhecer e superar práticas que perpetuam exclusões.
- *Resistência à mudança*: barreiras institucionais e individuais que dificultam a implementação de práticas inclusivas.

Mantoan (2023) destaca que as barreiras atitudinais são as mais difíceis de superar devido aos preconceitos e crenças profundamente enraizadas. Segundo a autora, “é fundamental que professores e gestores escolares estejam abertos a rever suas práticas e construir um ambiente verdadeiramente inclusivo” (Mantoan, 2023, p. 87). Afirmar ainda, que superar essas barreiras exige comprometimento coletivo para promover uma cultura de respeito, aceitação e equidade. Nesse sentido, a formação teórica e prática em educação inclusiva, bem como a conscientização, são passos fundamentais para avançar nesse processo.

2.2 Cenário atual: diversidade e desafios na escola contemporânea

No cenário atual, a escola contemporânea enfrenta um aumento expressivo no número de alunos com diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, entre outras condições que exigem adaptações pedagógicas. Esse crescimento é, em parte, reflexo de avanços no diagnóstico e da maior conscientização sobre a importância da inclusão.

Vale ressaltar que a participação desses alunos nem sempre é acompanhada de métodos de ensino adequados, o que acarreta dificuldades significativas no processo de aprendizagem. Apesar dos avanços legais e teóricos, muitas escolas ainda enfrentam dificuldades para lidar com a neurodiversidade. A falta de formação adequada dos professores, a escassez de recursos pedagógicos e tecnológicos e a resistência a mudanças metodológicas são alguns dos principais obstáculos. No entanto, a presença desses alunos desafia as instituições de ensino a buscar



metodologias inovadoras e práticas pedagógicas flexíveis, que permitam personalizar o ensino e garantir que as necessidades individuais sejam atendidas.

Além disso, há uma demanda crescente por políticas que promovam o acolhimento e a inclusão, não apenas de alunos com diagnósticos específicos, mas de todos os estudantes que compõem o mosaico da diversidade.

2.3 Outras diversidades

A diversidade na escola não se limita à neurodiversidade compreendida neste texto, não como "doenças" ou "transtornos" para serem curados, mas como variações naturais do cérebro, que podem trazer desafios no processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar, como uma pessoa com dislexia, TDAH, autismo, entre outras condições.

Neurodiversidade é a ideia de que diferenças neurológicas como o autismo e o TDAH não são patologias que precisam de cura e sim diferenças naturais, variações possíveis do cérebro humano. A nossa existência é importante e enriquece a sociedade como um todo (Carnielli, 2021, online).

Questões de gênero, raça, etnia e classes sociais também estão no centro dos desafios da escola contemporânea. Ainda hoje, estudantes negros, indígenas e de origem periférica enfrentam barreiras estruturais e preconceitos que limitam seu acesso a uma educação de qualidade. Dados acadêmicos indicam que esses grupos, muitas vezes, têm menos oportunidades educacionais e são sub-representados em contextos de destaque acadêmico.

A interseção de fatores como classe social e raça pode agravar ainda mais a situação desses estudantes, criando um cenário de dupla ou tripla marginalização. Além disso, as questões de gênero e sexualidade também ganharam relevância no debate educacional brasileiro. Alunos que pertencem à comunidade LGBTQIA+ frequentemente enfrentam discriminação, *bullying* e exclusão no ambiente escolar, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas que promovam o respeito às identidades individuais.

A diversidade socioeconômica também impacta direta e profundamente a realidade escolar, uma vez que famílias em situação de vulnerabilidade frequentemente enfrentam dificuldades de acesso a materiais, transporte e condições básicas para o aprendizado, como alimentação adequada. Essa desigualdade social é uma das maiores barreiras para a inclusão efetiva, e exige que as escolas se tornem espaços de acolhimento e superação das desigualdades.

3 Inclusão educacional: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Brasileira de Inclusão

A inclusão educacional é um direito fundamental garantido por legislações brasileiras que buscam assegurar o acesso, a permanência e a qualidade do ensino para todos os estudantes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015, representam marcos legais na construção de uma educação inclusiva no País. Ambas estabelecem diretrizes e garantias para que estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades tenham seus direitos assegurados em um sistema educacional que acolha e valorize a diversidade.

A LDB (Brasil, 1996) organiza a educação brasileira e estabelece as bases para um sistema de ensino que contemple as especificidades dos diferentes grupos sociais. No que diz respeito à inclusão, ela trata da educação especial como uma modalidade



que deve ser integrada ao ensino regular, assegurando o direito à educação para estudantes com necessidades específicas. Especificamente no artigo 58, a LDB dispõe que a educação especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, com a garantia de recursos especializados e apoios necessários para atender às particularidades de cada aluno. Essa diretriz reforça o papel da escola como um espaço inclusivo, onde todos os estudantes, independentemente de suas condições, têm o direito de aprender juntos e de participar ativamente da vida escolar.

Além disso, a LDB destaca a importância de serviços de apoio, como salas de recursos multifuncionais, tecnologias assistivas e adaptações curriculares. Essas ferramentas são essenciais para que o processo de ensino e aprendizagem seja significativo, acessível, efetivo e com qualidade.

Outro ponto fundamental da LDB é a ênfase na formação de professores. A Lei determina que os educadores devem ser preparados para atuar em contextos inclusivos, desenvolvendo competências que permitam a identificação e o atendimento das necessidades educacionais específicas dos alunos.

Já a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), sancionada em 2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é um marco no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência. No âmbito educacional, a LBI vai além da educação e aborda aspectos relacionados à acessibilidade, comunicação e participação social das pessoas com deficiência. O artigo 28 da referida Lei estabelece que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis - da educação básica ao ensino superior. E prevê que as escolas públicas ou privadas sejam obrigadas a oferecer infraestrutura acessível, adaptações, tecnologias assistivas e serviços especializados que garantam a plena participação dos estudantes com deficiência.

Outro destaque da LBI é a abordagem das barreiras atitudinais, que vão além das questões físicas e estruturais. O preconceito, os estereótipos e as expectativas limitantes ainda são grandes desafios no ambiente escolar. E essa Lei enfatiza que a inclusão só será realmente efetiva quando essas barreiras forem eliminadas, promovendo um ambiente de respeito e acolhimento.

4. Os Desafios das práticas pedagógicas inclusivas

4.1 O cumprimento da legislação sobre adaptação curricular

As adaptações curriculares são previstas na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015 (art. 28), e na LDB (art. 59), que determinam a responsabilidade do poder público em implementar projetos pedagógicos que garantam igualdade de acesso ao currículo para estudantes com deficiência. Essas adaptações envolvem mudanças em currículos, métodos e recursos educativos, visando atender às necessidades individuais de cada aluno e promover sua autonomia.

Embora a legislação regule a necessidade de adaptações curriculares, não especifica detalhadamente como implementá-las. Segundo Oliveira e Machado (2007 *apud* Santana *et al.*, 2020), essas mudanças incluem: redução no número de alunos por sala; cooperação entre professores de ensino regular e especial; ajustes nos objetivos, conteúdos, estratégias e métodos de avaliação; e, modificações no ambiente escolar e no tempo de permanência dos alunos em cada série.

Essas adaptações requerem planejamento e avaliação, realizados por equipes interdisciplinares que diagnosticam as necessidades específicas dos estudantes. E nesse processo, o professor desempenha um papel central, não apenas ao facilitar a aprendizagem, mas ao promover a convivência com as diferenças, sendo essencial sua formação contínua.



Para atender às necessidades específicas, devem ser garantidos às escolas: intérpretes de Libras para alunos com deficiência auditiva; materiais táteis e transcrição em Braille para alunos com deficiência visual; comunicação alternativa para estudantes com dificuldades de expressão oral; mobiliário adaptado e rampas de acesso para garantir acessibilidade física.

Esses recursos pedagógicos específicos são indispensáveis para superar barreiras e garantir que todos os alunos participem plenamente das atividades escolares, não são suficientes por si só. É necessário realizar ajustes no currículo escolar, que, de acordo com Sacristán (2000), é a trajetória formativa dos alunos e reflete desafios como a seleção conteúdos; as influências políticas e institucionais, incluindo o currículo oculto; e a sequência histórica e social na definição de tais conteúdo. Esses desafios curriculares exigem reflexões sobre quais conhecimentos e competências devem ser ensinados e como eles devem ser adaptados às necessidades dos estudantes. Nesse contexto, a inclusão escolar, demanda uma reorganização do sistema educacional, como destaca Silva (2012), para garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de progresso acadêmico, sem reduzir a qualidade.

As adaptações curriculares são indispensáveis e obrigatórias para eliminar barreiras arquitetônicas e metodológicas, promovendo a autonomia e a participação social dos alunos; e a adaptação curricular é um processo contínuo, que ocorre no dia a dia, exigindo comprometimento, recursos adequados e disposição dos profissionais para repensar práticas não inclusivas. Braga e Dutra (2023) destacam que essas mudanças favorecem a aprendizagem de todos os estudantes, superando limitações impostas por deficiências e combatendo a exclusão social.

As adaptações curriculares transformam o currículo em um instrumento funcional e ativo, possibilitando o desenvolvimento pleno dos alunos e fortalecendo sua participação social. Ao revisar atitudes e explorar formas alternativas de ensino, os professores e gestores consolidam a inclusão como um princípio fundamental da educação contemporânea, representando um dos maiores avanços no campo da educação. Contudo, sua implementação no cotidiano escolar apresenta desafios significativos que precisam ser enfrentados e decorrem de questões estruturais, pedagógicas e culturais que dificultam a construção de práticas pedagógicas efetivamente inclusivas.

A seguir, serão destacados os principais entraves encontrados nas escolas brasileiras e suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem.

4.2 Formação docente para atender a (neuro)diversidade

Um dos desafios mais críticos na implementação de práticas pedagógicas inclusivas é a formação inadequada de professores para lidar com a diversidade em sala de aula. Muitos educadores não têm acesso a capacitações específicas/práticas/efetivas sobre (neuro)diversidade, inclusão de alunos com deficiência ou estratégias de ensino adaptadas às diferentes necessidades dos estudantes.

Essa lacuna formativa resulta em insegurança e dificuldades por parte dos professores ao lidar com alunos que possuem necessidades educacionais especiais/específicas, como os Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou deficiências físicas e intelectuais. Sem o devido preparo, os docentes acabam reproduzindo práticas excludentes, mesmo que de forma não intencional, comprometendo a qualidade da inclusão.



Portanto, "a formação continuada e permanente dos professores é fundamental para que estes desenvolvam competências que lhes permitam lidar com a diversidade presente nas salas de aula" (Furlan *et al.*, 2020).

Nesse sentido, investir em uma formação continuada, tanto teórica quanto prática, ao longo da carreira, é indispensável para que os professores adquiram saberes que possibilitem a construção de um ambiente acolhedor e equitativo para uma educação inclusiva. Além disso, a criação de redes de apoio entre os educadores é importante para a socialização de experiências e desenvolvimento de práticas colaborativas.

4.3. Resistência ou desconhecimento de práticas inclusivas

Não há como negar que a resistência à inclusão, seja por desconhecimento ou por falta de experiência, ainda é um problema recorrente. Muitos profissionais resistem a mudanças pedagógicas que demandam adaptações e inovação, permanecendo presos a modelos tradicionais que não contemplam as singularidades dos estudantes.

Para Oliveira (2020, p. 102), a resistência por parte de alguns educadores e gestores pode adiar a implementação efetiva de práticas inclusivas, criando barreiras adicionais para a inclusão plena dos alunos com deficiência.

Essa resistência pode estar enraizada em preconceitos culturais oriundos de uma cultura escolar historicamente perpetuada, na falta de preparo formativo ou mesmo no medo de lidar com o "novo". Em alguns casos, o desconhecimento sobre práticas inclusivas impede que os professores percebam o potencial de uma abordagem pedagógica personalizada e adaptada.

4.4. Sobrecarga do professor

A sobrecarga de trabalho docente é outro grande obstáculo para a inclusão. Muitos professores enfrentam jornadas extensas, turmas numerosas e demandas administrativas que reduzem o tempo e a energia disponíveis para planejar e implementar práticas pedagógicas inclusivas. Essa realidade gera um ambiente desafiador, onde os educadores se sentem cada vez mais pressionados e desmotivados.

Como afirmam Lima *et al.* (2013), "a sobrecarga de trabalho, as longas jornadas e a falta de recursos adequados dificultam a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, levando os professores a se sentirem sobrecarregados e desmotivados" (p. 4).

Além da sobrecarga de trabalho, da Síndrome de Burnout e outros problemas relacionados à saúde mental, muitas escolas carecem de recursos básicos para atender às necessidades dos alunos, como infraestrutura acessível, tecnologias assistivas, materiais adaptados e equipes multidisciplinares. Consequentemente, a ausência de suporte especializado, como intérpretes de Libras, cuidadores ou psicopedagogos, sobrecarrega ainda mais os professores, que acabam assumindo responsabilidades que deveriam ser compartilhadas.

Esse cenário gera frustração, desmotivação e desestímulo no professor, dificultando a criação de um ambiente verdadeiramente inclusivo e ocasionando o adoecimento docente (Penteado e Souza Neto, 2019; Garcia e Montovani, 2024)

E neste sentido, o fortalecimento da rede de apoio nas escolas, com recursos financeiros e humanos adequados, é indispensável para aliviar a sobrecarga docente



e garantir que as práticas inclusivas sejam verdadeiramente significativas/viáveis/efetivas.

5. Caminhos para a superação

A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva demanda planejamento, investimentos e esforços coordenados e contínuos que vão além da conscientização. É necessário implementar propostas práticas, executáveis e efetivas que envolvam todos os agentes do processo educacional, desde professores, gestores, formuladores de políticas públicas e até a sociedade em geral.

A construção de uma escola inclusiva é como uma *orquestra harmoniosa*. Cada integrante do processo representa um instrumento importante para que a melodia [da inclusão] seja executada com perfeição, e não basta apenas um instrumento afinado - é preciso que todos estejam em sintonia, seguindo a mesma partitura e cooperando de forma coordenada. A seguir, serão apresentados alguns caminhos fundamentais para superar os desafios da inclusão.

A formação continuada é um dos aspectos centrais, talvez o principal, para a efetivação da inclusão escolar. Os professores, agentes principais do processo de ensino-aprendizagem, precisam estar capacitados/qualificados para lidar com a diversidade, especialmente com relação à neurodiversidade e ao ensino inclusivo. Em outras palavras, a formação é a fundação de uma ponte sólida que conecta o conhecimento às necessidades dos alunos. E nesse processo, os professores são os engenheiros dessa ponte, e precisam de ferramentas e habilidades adequadas para construir caminhos seguros e acessíveis que permitam a todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, atravessarem com confiança e alcancem seus objetivos. Sem uma fundação sólida, contínua, específica e prática - essa ponte pode falhar em sustentar a diversidade e incluir aqueles que mais precisam de apoio, ou seja, os docentes precisam sentir-se seguros e competentes para realizar o seu trabalho com maestria.

Ao argumentar sobre a importância de uma formação sólida/teórica, Machado (2017) afirma que sem teoria a ação é cega, pois ela oportuniza uma visão, articulação e conexão com a prática e de forma consciente. Além disso, a teoria orienta e fundamenta a prática docente. Afirma ainda, que a competência de uma pessoa se revela na capacidade de mobilizar seu conhecimento para realizar o que planeja. Competência, portanto, não é apenas possuir conhecimento, mas ser capaz de aplicá-lo de forma efetiva e contextualizada para realizar o que se projeta. Neste sentido, é urgente investimentos para uma formação prática e contextualizada voltada para:

- **Neurodiversidade:** compreensão sobre condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia e outras especificidades, para que os educadores possam identificar, atender e respeitar as necessidades dos alunos.
- **Práticas pedagógicas inclusivas:** uso de metodologias ativas, adaptação curricular e estratégias diferenciadas para engajar todos os estudantes.
- **Competências socioemocionais:** capacitação para desenvolver a empatia, a paciência e a habilidade de mediar conflitos, criando um ambiente acolhedor para todos.
- **Tecnologias assistivas:** formação para o uso de ferramentas tecnológicas que facilitem a aprendizagem de alunos com deficiência e auxiliem os professores em sala de aula.



Vale frisar que a formação continuada não deve ser apenas uma iniciativa individual, mas uma política institucional. Escolas e redes de ensino precisam oferecer programas regulares de capacitação, oficinas, palestras e cursos de atualização, que conectem teoria e prática e preparem os professores para os desafios cotidianos da inclusão.

Já as políticas públicas desempenham um papel importante/obrigatório na construção de uma educação inclusiva, pois garantem os recursos e a estrutura necessários para que as práticas inclusivas sejam implementadas efetivamente. E neste sentido, é fundamental que essas elas sejam abrangentes e eficientes atuando em diversas frentes principais:

- *Regulamentação e fiscalização*: garantir o cumprimento da legislação, como a LDB e a LBI, para que sejam cumpridas em todas as escolas (públicas e privadas), evitando práticas discriminatórias e assegurando o acesso e a permanência de todos os alunos - com qualidade.
- *Incentivos financeiros*: destinar recursos específicos para a inclusão, tanto para a capacitação de professores quanto para a aquisição de materiais, tecnologias assistivas e melhorias na infraestrutura escolar.
- *Descentralização de recursos*: assegurar que escolas em áreas rurais ou de difícil acesso também recebam suporte adequado para implementar práticas inclusivas.
- *Programas de conscientização*: investir maciçamente em campanhas educativas para sensibilizar a sociedade e combater preconceitos em relação à inclusão escolar.
- *Parcerias intersetoriais*: promover a articulação entre educação, saúde e assistência social para garantir que os alunos tenham acesso, não apenas à escola, mas a serviços complementares, como atendimento psicopedagógico, psicológico e fonoaudiológico.

No contexto da inclusão, nenhum processo será eficiente sem a disponibilização de recursos financeiros, pedagógicos e infraestrutura adequados que atendam às necessidades de todos os estudantes. A falta de acessibilidade física e pedagógica é um dos maiores obstáculos enfrentados pelas escolas, e superá-los é imprescindível para garantir o sucesso da inclusão.

- *Infraestrutura acessível*: construção de rampas, banheiros adaptados e elevadores para atender alunos com deficiência física; ampliação de espaços que permitam a mobilidade e a interação entre todos os alunos; instalação de equipamentos sonoros e visuais para alunos com deficiências auditivas ou visuais.
- *Tecnologias assistivas e materiais didáticos*: disponibilização de softwares e dispositivos que facilitem o aprendizado, como leitores de texto, lupas/lousas digitais, teclados adaptados e pranchas de comunicação; produção de materiais em formatos acessíveis, como braile, audiolivros e vídeos com legenda ou interpretação em Libras.
- *Salas de recursos multifuncionais*: espaços especializados dentro das escolas, equipados com ferramentas pedagógicas e tecnológicas que atendam às demandas específicas dos alunos com deficiência ou outras necessidades educacionais especiais.
- *Apoio pedagógico e formação*: presença de profissionais especializados, como intérpretes de Libras, cuidadores, psicopedagogos e auxiliares em sala de aula; formação de equipes multidisciplinares para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e orientar os professores.



Além dos aspectos estruturais e pedagógicos, é imprescindível superar barreiras atitudinais – preconceitos e crenças que dificultam a aceitação plena da diversidade. E promover uma mudança cultural na escola requer a conscientização de professores, gestores, alunos e famílias sobre a importância da inclusão para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A participação da família na vida escolar dos estudantes, assegurada pela Constituição Federal de 1988 como um dever, tem aprimorado ao longo do tempo, mas não é suficiente, inclusive a falta de parceria também tem contribuído com o adoecimento docente (Penteado e Souza Neto, 2019; Garcia e Montovani, 2024). Estudos e práticas mostram que os alunos que contam com a presença ativa da família no ambiente escolar apresentam melhores resultados devido ao acompanhamento mais próximo e ao estímulo conjunto proporcionado tanto pela escola quanto pela família.

Atividades lúdicas e dinâmicas em sala de aula, como trabalhos em grupo e formações em círculo, são estratégias que despertam maior interesse e engajamento dos alunos. Além disso, algumas adaptações específicas podem ser realizadas para atender às necessidades individuais, como posicionar o estudante mais próximo do professor, conceder maior tempo para a realização de atividades, valorizar avaliações orais ou de múltipla escolha e atuar como ledor para facilitar a compreensão.

Outro ponto importante é o incentivo à participação da família em acompanhamentos extracurriculares que auxiliem na superação de dificuldades, como reforço escolar, salas de recursos multifuncionais, psicólogos e psicopedagogos. Paralelamente, práticas que valorizem os avanços do aluno, como elogios e incentivos constantes, são essenciais/indispensáveis para reforçar a autoestima, a autonomia e a confiança na sua capacidade de aprender, independentemente dos desafios enfrentados.

Vale salientar que a Constituição Federal de 1988, no artigo 205, define a educação como um direito de todos e um dever compartilhado entre o Estado, a família e a sociedade, com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento humano, a formação cidadã e a qualificação para o trabalho. Esse princípio é reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, que enfatiza a educação como um processo baseado na liberdade e na solidariedade humana, direcionado ao desenvolvimento integral do educando e à sua preparação para a cidadania e o mercado de trabalho.

Para alcançar os objetivos legais é necessário, obrigatoriamente, garantir políticas públicas eficientes, formação continuada de professores e a promoção de um diálogo constante entre escola, família e comunidade. Assim, a educação se afirma como um direito transformador - fundamental para o desenvolvimento individual e social.

6. Considerações finais

A inclusão escolar de alunos com necessidades específicas, no contexto atual, demanda um esforço coletivo e abrangente. A resistência a essa prática, muitas vezes ancorada em preconceitos e na falta de preparo dos professores, pode ser superada com programas de formação contínua que capacitem os educadores a lidar com a diversidade em sala de aula.

Outro fator que pesa na construção de um ambiente inclusivo é a sobrecarga de trabalho dos docentes, agravada por turmas numerosas e pela burocracia,



dificultando a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Portanto, as escolas precisam oferecer apoio aos professores, fornecendo recursos materiais e humanos, como infraestrutura acessível, tecnologias assistivas e equipes multidisciplinares.

Promover uma cultura escolar inclusiva não é uma tarefa fácil, portanto, demanda um esforço coletivo entre gestores, educadores, famílias e a comunidade. Dessa maneira, será possível garantir o acesso a permanência dos alunos a uma educação de qualidade, respeitando suas singularidades e potencializando suas habilidades. Nesse sentido, vale ressaltar que a inclusão não é apenas uma responsabilidade legal, mas um compromisso ético com a construção de uma sociedade melhor.

Referências

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 6 jan. 2025.

Carnielli, A. **ANAFE ENTREVISTA: Dia Mundial de Conscientização do Autismo é abordado em entrevista especial**. Entrevistador: Marcos Weiss Bliacheris, 05 de abril. <https://anafenacional.org.br/anafe-entrevista-dia-mundial-de-conscientizacao-do-autismo-e-abordado-em-entrevista-especial>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.html. Acesso em: 6 jan. 2025.

DUTRA, Tuliane Fernandes; BRAGA, Isabela Cristina Martins. Capacitação docente para educação inclusiva. In: **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Unidade 2. Fundamentos da Educação Inclusiva**. [S. l.: s. n.], 2023.

FURLAN, L. et al. **Formação docente e as contribuições para a inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais**. *Revista Caderno Pedagógico*, v. 21, n. 3, p. 01-16, 2024.

GARCIA, Camila; MANTOVANI, Almir. Adoecimento docente nos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista Sociedade Científica*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 4658-4673, 2024. DOI: 10.61411/rsc202479617. Disponível em: <https://journal.scientificsociety.net/index.php/sobre/article/view/796..> Acesso em: 7 jan. 2025.

LIMA, A. M.; SOUZA, R. S.; SILVA, P. R. Condições de trabalho e adoecimento docente. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, v. 13, n. 2, p. 1-10, 2013. DOI: 10.5935/1679-4408.20130002.



LIMA, A. B.; SILVA, M. C. **Desafios da inclusão social: um olhar sobre as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 10., 2009, Brasília. Anais... Brasília: MEC, 2009. p. 15-25. Apud RIBEIRO, F. A.; SIMÕES, M. L.; PAIVA, A. M. **Políticas públicas para pessoas com deficiência: avanços e desafios**. São Paulo: Atlas, p. 4, 2017.

MACHADO, Nilson. **Competências docentes**. 2017. Canal USP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sJ465INfs44>. Acesso em: 30 set. 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: estratégias para a superação das barreiras atitudinais**. São Paulo: Cortez, 2023.

MENEGHETTI, F. K. **O que é um ensaio teórico?** *Revista de Administração Contemporânea (RAC)*, Curitiba, v. 15, n. 2, pp. 320-332, Mar/Abr, 2011.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos da educação e ensino).

OLIVEIRA, Francélio Ângelo de. **Inclusão escolar e resistência docente: a dimensão subjetiva dos professores e suas determinações**. 2020. 171 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/52865>. Acesso em: 7 jan. 2025.

OLIVEIRA; MACHADO. **Adaptações curriculares: contribuições pedagógicas**. Apud SANTANA, et al. **Avaliação escolar e inclusão: desafios e possibilidades**. 2020.

PENTEADO, Regina Zanella; SOUZA NETO, Samuel de. **Mal-estar, sofrimento e carinho do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão**. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 1, pág. 135-153, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Y9Wfn6NphgsptvZBMpZcsSJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jan. 2025.

RIBEIRO, D.; SIMÕES, J.; PAIVA, M. **A ideologia da normalidade e as barreiras atitudinais**. *Revista de Educação Inclusiva*, v. 15, n. 4, p. 1-10, 2017.

RIBEIRO, Débora. **Contemporaneidade - Dicionário Online de Português**, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/contemporaneidade/>. Acesso em: 6 jan. 2025.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

UNESCO. **Diretrizes para a inclusão: assegurando acesso à educação para todos**. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 6 jan. 2025.